

Os números que confirmam o nosso diagnóstico

A rápida aceleração do ritmo inflacionário, desde fins do ano passado, culminando com esse sinistro recorde de abril e a absoluta falta de austeridade que caracterizou as últimas semanas da gestão do ministro Dílson Funaro, fizeram surgir nos meios econômico-financeiros justificada preocupação com a possibilidade de um descontrole monetário de grandes proporções. Embora ninguém duvide de que esse descontrole esteja realmente ocorrendo, em virtude do estouro de todos os orçamentos do setor público, as estatísticas do Banco Central referentes ao mês de abril ainda não mostram essa realidade, que, no entanto, deverá refletir-se nitidamente nos números de maio.

Mesmo assim, os números de abril revelam uma expansão da base monetária (emissão primária de moeda) de 10,5%, a maior desde dezembro do ano passado, quando o BC começou a executar uma política monetária contracionista, mantida por três meses, com ênfase em janeiro e fevereiro, quando a base monetária sofreu uma redução de 8,2%. Já em março essa tendência começava a se inverter, pois os assessores econômicos do ministro Funaro temiam as consequências desse momentâneo aperto monetário sobre o desempenho da economia (em março a base monetária cresceu 3%).

Ao contrário da base monetária, os meios de pagamento sofreram contração de 11,9% em abril, em razão do processo de desmonetização da economia, refletido pela acentuada queda dos depósitos à vista nos bancos comerciais (21,5% menos que o saldo de março). Segundo o Banco Central, o saldo dos depósitos à vista no mês passado era de Cz\$ 284,5 bilhões, número idêntico ao do mesmo mês do ano de 1986. Em decorrência da forte aceleração da inflação, que já atinge a casa dos 20% ao mês, uma importante parcela dos depósitos à vista dirigiu-se para as cadernetas de poupança, que fecharam abril com um saldo de Cz\$ 682,6 bilhões (os depósitos em poupança registraram, de acordo com dados preliminares, um acréscimo líquido de Cz\$ 109 bilhões, equivalente a quase o dobro da captação de todo o ano de 1986, quando os aplicadores fugiram das cadernetas).

Infelizmente, como as empresas de crédito imobiliário não estão financiando a construção ou a venda de novas unidades habitacionais, esses recursos adicionais da poupança ainda não tiveram qualquer impacto positivo sobre o setor imobiliário, que poderia ser mobilizado pelo governo para contrabalançar a recessão que começa a atingir vários setores da economia. Em vez de fazer novos financiamentos, as empresas de crédito imobiliário têm preferido fazer depósitos voluntários desses recursos no Banco Central, enquanto aguardam a redefinição das regras do crédito habitacional e maior estabilidade econômica, pois é muito difícil fazer aplicações a longo prazo no atual quadro de incertezas.

Incertezas que aumentam diariamente com a "generosidade" do governo federal, que vem gastando dinheiro a rodo para socorrer Estados e municípios em situação de falência. Na semana passada, devidamente "encorajado" pelo presidente da República e pelo multipresidente Ulysses Guimarães, o ministro Bresser Pereira "aprovou" plano de saneamento das finanças dos governos estaduais que exigirá recursos da ordem de US\$ 3,5 bilhões (já não se usam cruzados para medir os gastos da União!), dos quais US\$ 1 bilhão será gasto para cobrir juros e amortizações da dívida externa desses governos e o restante será consumido pela rolagem de 100% do principal da dívida interna, além de 50% dos juros devidos internamente.

Quem julgar que esse elevado montante resolve o problema dos Estados está muito enganado, pois só o Estado do Rio de Janeiro está pedindo autorização para emitir títulos no valor de Cz\$ 40 bilhões, a fim de socorrer o déficit orçamentário previsto para este ano. E ninguém deve esquecer que ainda na semana passada o ministro da Fazenda destinou Cz\$ 6 bilhões para socorrer municípios em dificuldade, os quais reivindicaram um mínimo de Cz\$ 30 bilhões.

É essa verdadeira orgia de gastos do governo que vai provocar um estouro das contas neste mês de maio, quando, segundo se informa, o Banco Central será obrigado a emitir cerca de Cz\$ 40 bilhões em títulos públicos (só na primeira semana do mês foram colocados Cz\$ 14,9 bilhões em títulos federais). Naturalmente, embora admitam a existência de problemas, os técnicos do governo ainda acham possível controlar a situação.

Quem quiser acreditar acredite, mas a bem da verdade é preciso dizer que o governo federal age (ou melhor, gasta) como se estivéssemos nos dias do milagre econômico dos anos 70, indiferente ao processo de hiperinflação que ameaça desestabilizar completamente nossa sofrida economia. Insatisfeita com as despesas explosivas, alimentadas por essa inflação de 20%, o governo Sarney ainda quer brincar com o seu trenzinho elétrico Norte-Sul, expondo o Brasil ao ridículo, sobretudo nos países industrializados, que, com razão, nos classificam de irresponsáveis e até incapazes, pois ainda não demos qualquer sinal de racionalidade no âmbito governamental, onde estão as raízes profundas desse processo inflacionário crônico.

Não temos dúvidas de que, como afirma o ex-ministro Delfim Netto, com a experiência de quem já comandou nossa economia por duas vezes, "o cerne da inflação brasileira reside no monumental déficit público", cujo combate requer medidas drásticas, entre elas — conforme sugere com razão o ex-ministro — a demissão de um terço do funcionalismo público, pois não há outras saídas.

Estará a demagogia peemedebista preparada e disposta para tomar uma decisão desse tipo, que exige a visão própria dos estadistas? É evidente que não. Esta é a grande tragédia brasileira: só o povo sofre a crise, enquanto o governo flutua nas nuvens com seus funcionários ociosos, seus marajás intocáveis e sua irresponsabilidade descomunal e enquanto os senhores constituintes se esforçam para institucionalizar as causas dessa tragédia?

Até quando o País resistirá a tamanha insensatez?